

Por que ainda Piaget?

A necessidade do conhecimento e da autonomia na escola

Marcelo Carbone CARNEIRO¹

Antonio Carlos Jesus Zanni DE ARRUDA²

Aline Fernanda Ventura Sávio LEITE³

Vicente Eduardo Ribeiro MARÇAL⁴

Resumo

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 a que se refere a educação brasileira tem dentre as suas principais características a defesa de uma escola democrática e participativa. A tão almejada educação de qualidade de acordo com a legislação vigente parte do pressuposto de que o ensino deve ser uma construção que leve o aluno a pensar e refletir para atuar e transformar o meio em que vive. No artigo desenvolvido propomos, a partir de um estudo teórico, pensar com Piaget sobre a educação e a necessidade da construção de uma pedagogia que possa contribuir para a formação de sujeitos criativos, reflexivos e transformadores da realidade para a edificação de uma sociedade democrática. Nesta vertente, há a necessidade de inovações na educação visando a radical autonomia do pensamento. Por que ainda Piaget? Porque entendemos que a finalidade da educação deve ser a defesa de uma sociedade plural, crítica e do livre pensar.

Palavras-Chave: Conhecimento; Autonomia; Piaget

¹ Livre-Docente em Filosofia e Professor do Departamento de Ciências Humanas da FAAC – Bauru e do Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência – UNESP – Bauru. Realizou em 2012 e 2014 pesquisas de Pós-Doutorado na Université de Genève – Suisse (Bolsista FAPESP - processo 2010/17634-4).
Email: carbone@faac.unesp.br

² Doutor em Educação para a Ciência pelo Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência – UNESP – Bauru. É Professor de Filosofia no Ensino Superior.

³ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Unesp Rio Claro.

⁴ Doutor em Psicologia Social pelo IP-USP e Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Rondônia. Email: vicente.marcal@unir.br

Introdução

Qual a finalidade e o papel da educação escolar? Será a contínua transmissão de conteúdos (conhecimentos historicamente acumulados) que um dia possa fazer sentido para os alunos? Ou levá-los a pensar por si mesmo e impulsioná-los ao desejo de reconstruir seus próprios conceitos, de construção da liberdade de pensamento, da autonomia e da busca de uma sociedade mais justa e, dessa forma, participar ativamente da história e decidir sobre o futuro?

Pensamos com Piaget que a educação deve possibilitar uma pedagogia ativa, na qual os ambientes sócio-morais escolares e os projetos pedagógicos busquem de forma incessante a formação de sujeitos transformadores, autônomos, livres, capazes de criar e de reinventar todo conhecimento e não simplesmente receber passivamente os conhecimentos transmitidos (PIAGET, 2002).

Pois, com Piaget (1967) compreendemos que conhecer não é simplesmente copiar o real, mas agir sobre ele. Ação esta que transforma o real que cerca o sujeito do conhecimento, bem como o próprio sujeito do conhecimento. Por isso, a pedagogia deve ter em conta o sujeito do conhecimento como sujeito ativo, que não só recebe informações, mas que as cria, em sua interação com o meio (físico e social) transformando a si mesmo e ao próprio meio.

Nesse sentido, consideramos necessário proceder inovações na Educação com o objetivo de formar indivíduos que não apenas recebam e reproduzam automaticamente valores, ideologias e conhecimentos, mas que contribuam na constituição das sociedades futuras e da autonomia do pensamento:

Se se deseja, como necessariamente se faz cada vez mais sentir, formar indivíduos capazes de criar e de trazer progresso à sociedade de amanhã, é claro que uma educação ativa verdadeira é superior a uma educação que consiste em apenas moldar os as-



suntos do querer pelo estabelecido e os do saber pelas verdades simplesmente aceitas. (PIAGET, 2009a, p. 12).

O que as concepções centradas na transmissão de conteúdos defendem? Não querem o homem livre, mas normalizado e eivado de ideologias paralisantes e que limitam o pensamento autônomo e crítico. A escola ativa⁵ indica mais uma postura (um espírito) do que uma doutrina, mais uma atividade do que um método dogmático a ser seguido.

Dessa forma, será que podemos dizer que o modelo atual da escola no Brasil consegue possibilitar aos sujeitos a construção do pensamento ativo e autônomo?

Por que ainda Piaget?

O desenvolvimento é um processo contínuo que necessita do meio (físico e social) como fator fundamental e imprescindível para a existência e constituição do humano. O conhecimento social da criança é suscitado pelo ensino e pelas exigências a que ela deve responder no ambiente no qual vive. Desse modo, o meio é, ao mesmo tempo, estruturado, enquanto cultura, e estruturante enquanto contexto prospectivo de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, coloca-se a necessidade dos educadores conhecerem os elementos envolvidos no desenvolvimento infantil e, dessa forma, podem atuar de modo mais consciente. Neste sentido, Piaget vem reiterar que “todo educador deve conhecer não só as matérias a ensinar, mas igualmente os mecanismos subjacentes às operações da inteligência e, por isso mesmo, as diferentes noções a ensinar” (PIAGET, 1998, p. 16).

⁵ As considerações de Piaget aparecem no contexto da defesa da “escola nova”, tal como se configurou em Genebra, sobretudo no Instituto “Jean Jacques Rousseau” criado por Claparède. A teoria de Piaget não é a resposta verdadeira e dogmática para todas as questões (psicológicas, epistemológicas e pedagógicas). Piaget construiu uma epistemologia original e revolucionou a psicologia de sua época e ainda fornece instrumentos para pensar as questões pedagógicas, mas não pode ser encarado como resposta definitiva e verdadeira, como todas as demais teorias em educação e psicologia.

Cabe ao ensino e principalmente ao professor estabelecer a “atmosfera” da sala de aula construindo um ambiente favorável a um método pedagógico ativo⁶, em meio a um ambiente sócio-moral em que seja impulsionada a realização de pesquisas, experimentos, trocas de ponto de vista e de experiências e ainda as resoluções de conflitos. Em síntese, proporcionar condições adequadas para a criação de novidades.

Sabe-se que desde o nascimento o bebê está sujeito aos primeiros contatos e convívio com o universo social. Primeiramente, sua vida na sociedade estará submetida à vivência diária com seus pares mais próximos, estendendo-se, seguidamente, para a convivência constante ou eventual, com novos indivíduos quando passa a frequentar a escola de educação infantil. É a partir da interação com os vários ambientes e pessoas que a criança constrói sua moralidade. É na relação com o outro (experiências sociais iniciais vivenciadas pela criança), portanto, que poderá dar-se a construção de uma personalidade autônoma e criativa.

Temos como pressuposto o princípio de que não há possibilidade de formarmos sujeitos morais e intelectualmente autônomos sem que este venha a participar ativamente, desde a sua mais tenra idade (infância), de experiências sociais que possibilitem um esforço criativo e transformador na conquista, por si mesmo, do saber. Neste sentido, defendemos uma escola identificada à educação do pensamento autônomo, capaz de desenvolver a personalidade intelectual. Ao contrário, o que temos observado, na maioria das escolas, são modelos instrucionais eivados de métodos que correm o grande risco de formar meros sujeitos reprodutores das verdades pré-estabelecidas, uma vez que nessas instituições não acontece o encorajamento do senso crítico e transformador.

⁶ Valorizar a reciprocidade e a cooperação não exclui os conteúdos. A escola deve possuir um programa de estudos.



A escola instrucional (tradicional) está centrada na autoridade excessiva do Professor que impede o educando de descobrir as coisas por si mesmo. Piaget⁷, com sua teoria, proporcionou a compreensão dos processos que envolvem a construção da autonomia na criança, ressaltando o processo endógeno que permite a construção das estruturas biológicas necessárias ao conhecimento e o desenvolver relações interpessoais cotidianas. Com essa perspectiva, propomos, fundamentados na teoria de Piaget, que a escola deve respeitar e proporcionar a atividade livre e criadora da criança e afastar-se do verbalismo (mera transmissão de conteúdos que são pouco ou nada assimilados pelos alunos) e deve estar vinculado ao “mundo vivido”⁸ para buscar as transformações necessárias (operar com os outros ou co-operação) do cotidiano.

⁷ Piaget possui uma vasta publicação de livros e artigos que tratam de inúmeras questões que interessam em geral à educação, sendo sua preocupação central compreender como o conhecimento é produzido pela mente humana. Por essa razão, procurou ao longo de sua obra fundamentar a discussão sobre o construção dos conhecimentos no sujeito e na história. Piaget construiu uma Epistemologia original que investiga como o conhecimento é elaborado progressivamente por um sujeito histórico e na relação com os objetos que se encontram no mundo. Investigação que descreve e explica os vários conceitos que caracterizam o conhecimento humano desde sua gênese (em um processo de invenção e criação contínuas de novidades) e sua estruturação operatória. Sua obra, que trata de uma extensa variedade de temas, entre elas destacamos: a linguagem, o espaço, o tempo, o objeto, a causalidade, a velocidade, a matemática, a biologia, da física, a noção de substância, a inteligência, a moralidade, a imagem, o sonho, o símbolo, mental, entre outras, explicando o domínio do conhecimento e suas estruturas de percepção, vivência, pensamento, representação, simbolismo e operação. No entanto, destacamos que Piaget jamais propôs a aplicação de sua teoria à educação (domínio escolar). Dessa forma, a passagem da teoria à prática acaba por implicar em interpretações, apropriações e distorções inevitáveis. Por esta e outras razões, sua teoria não poderia e nem deseja responder todas as questões educacionais e apresenta-se, assim, como uma valiosa leitura suscetível de assimilações variadas. O que propomos neste texto é que devemos pensar com ele e não como ele, pois a obra de Piaget é uma construção monumental, impressionante e aberta. Vale lembrar, também, que há um elemento complicador que nem sempre é levado em consideração, a tendência de fazer referências a uma parte da obra e não ao todo, em função da complexidade, dificuldade e intensa produção do autor. A dinâmica da teoria de Piaget possibilitou que fossem explicitados conceitos, reelaborados as teses em um processo de construção contínua de novidades que a caracteriza. No Brasil e em algumas teorias que utilizam Piaget, muitos se apegam a um pequeno período da sua produção ou somente aos estádios de desenvolvimento para falar da sua obra, é uma forma de ler que apresenta problemas e pode levar a interpretações parciais e equivocadas (na teoria dinâmica e complexa de Piaget). ver MARÇAL, 2019).

⁸ O termo “mundo vivido” é utilizado aqui no sentido dado pela fenomenologia, isto é, fundamenta-se no *Lebenswelt* (Mundo da vida), elaborado por Husserl no final da vida e busca a descrição pré-teórica das coisas. A fenomenologia busca a descrição das *Erlebnisse* (vivências) humanas. As vivências constituem-se na orientação da consciência para objetos intencionais, que têm como ponto de partida o fenômeno do comportamento e sobre ele perscruta a percepção como contato primeiro com o mundo. “Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é expressão segunda”. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 3).

Na escola instrucional o educador impõe seus conhecimentos de maneira autoritária e a aula consiste tão somente em responder perguntas e impor uma verdade dogmatically estabelecida. A nossa concepção com fundamentos piagetianos do Ensino implica na defesa de valores como a democracia, a participação ativa e a transformação. A escola é o espaço da criação contínua de instrumentos e novidades que permitam compreender a si mesmo, o mundo e transformá-lo – em defesa da liberdade, da autonomia e da democracia. E a figura do professor não é a do detentor do saber que o transmite a seus alunos, mas a do facilitador e desafiador que orientará os alunos em sua caminhada para a construção da própria autonomia.

Para Piaget, o espírito democrático:

Consiste em corrigir e superar o ponto de vista imediato, para situá-lo num sistema de conjunto capaz de coordenar essa perspectiva particular com um número crescente de visões diferentes. (1998, p. 80 e 81)

O modelo de educação fundamentado na coerção e imposição de regras parece estar ligado a um modelo de manutenção do *status quo* e das relações de dominação (ainda que se apresente ideologicamente como dizendo o contrário). A postura conteudista de educação (que está ligada a uma defesa de uma escola que defende a transmissão de conteúdos) centra-se na defesa da formação de hábitos ditados apenas pelo social (à maneira do Behaviorismo Radical).

Ao contrário, para Piaget, a idéia de respeito mútuo é a expressão social dialética que melhor representa de forma política o espírito democrático⁹.

⁹ No livro “Para a Reconstrução do Materialismo Histórico” (primeira e segunda partes) o filósofo Jürgen Habermas propõe a associação da democracia à comunicação livre de coações e sua ênfase na construção de uma esfera pública na qual sejam construídas interações sociais dialógicas capazes de elaborar normas ético-jurídicas. A idéia de democracia é que, potencialmente, todos os membros da sociedade têm condições e o direito de participar da situação dialógica necessária para repensar e reorientar a dinâmica das sociedades atuais. Piaget é citado e utilizado como exemplo de autor que discute a questão da construção do sujeito moral e social. O diálogo (intersubjetividade) sem coações externas é o princípio da autonomia do sujeito e da socie-



Evidenciando seu interesse pedagógico como uma trilha ao lado da larga estrada seguida por suas pesquisas epistemológicas, alguns escritos de Piaget expuseram suas idéias a respeito da educação intelectual e moral¹⁰. Em uma série de textos, o autor de vasta obra epistemológica, apresenta uma preocupação com a má formação do sujeito e ainda a defesa de uma consciência moral autônoma.

Para Piaget, o principal objetivo da Educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que as outras gerações já fizeram; defende, portanto, uma educação para a liberdade e para a autonomia. Não se trata de desconsiderar o conhecimento historicamente acumulado, mas que deve ser compreendido ativamente pelos alunos e não simplesmente memorizados, automatizados e recebidos por uma transmissão externa que desrespeita a atividade do outro na aprendizagem de conteúdos. Sua epistemologia e seus estudos sobre o desenvolvimento psicogenético serviram e servem de referenciais para práticas educativas que têm como finalidade a defesa da liberdade, da cooperação, da autonomia e da invenção.

Dessa forma, é claro que os métodos educacionais serão muito diferentes se desejarmos formar uma personalidade livre ou um indivíduo submetido ao conformismo do grupo social ou ainda a uma ideologia que ele dogmaticamente defende.

Na perspectiva piagetiana a educação deve estar voltada para a livre cooperação, de modo que o aluno possa ser educado para “desvendar” a existência social de regras e normas, sob a necessidade da formação de um espírito crítico e de inteligências ativas. A escola, então, é considerada como local ideal (embora não seja de modo algum o único lugar) para o desenvolvimento das diver-

dade. Utilizamos o termo “democracia substantiva” de Habermas como aquela que caracteriza o conceito desenvolvido na teoria piagetiana.

¹⁰Citamos em especial a coletânea de textos organizadas pelas pesquisadoras Sílvia Parrat-Dayán e Anastácia Thypon: PIAGET, J. Sobre a Pedagogia. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

sas relações de colaboração e cooperação, por ser um lugar de construção de relações sociais.

Nesta perspectiva, a educação moral supõe que a criança possa construir vivências que marcarão seu caráter e sua vida. A presença do outro é fundamental para a construção de si. Uma educação da liberdade e da autonomia defendida por Piaget (1944) é, portanto, aquela na qual os sujeitos sejam capazes de agir sobre o mundo e transformá-lo (em operação e cooperação).

A educação da liberdade supõe primeiro uma educação da inteligência e mais especialmente da razão. Não é livre o indivíduo submetido à repressão da tradição ou da tradição reinante, que se submete de antemão a qualquer decreto da autoridade social e permanece incapaz de pensar por si próprio. Não é livre, também, o indivíduo cuja anarquia interior impede de pensar e que dominado por sua imaginação ou fantasia subjetiva, por seus instintos e sua afetividade oscila entre todas as tendências oscilatórias de seu *eu* e de seu inconsciente. É livre, no entanto, o indivíduo que sabe julgar, e cujo espírito crítico, sentido da experiência e necessidade de coerência lógica se colocam ao serviço de uma razão autônoma, comum a todos os indivíduos e que não dependem de nenhuma autoridade externa. (PIAGET, 1944, p. 1).

Na educação instrucional tradicional não há espaço para estes conflitos. Nela, há o predomínio da moral coercitiva que, como já sabemos, é característica do sujeito egocêntrico; tem como base as relações de respeito unilateral e as sanções aplicadas pelos professores aos alunos, promovendo a heteronomia do juízo moral. Dessa forma, dificilmente se torna livre uma criança que é submetida, a maior parte do tempo, às relações sociais nas quais intervém qualquer elemento de autoridade ou de prestígio (seja ideológica, religiosa ou política). Resulta daí uma moral da obediência e subordinação que conduz ao mais rigoroso conformismo social ou a uma reação biliosa ou raivosa diante da vida e dos outros.

Como dissemos, Piaget valoriza os métodos da Escola Ativa que primordialmente considera a participação dos sujeitos em seu próprio processo de construção de conhecimentos e critica a opressão e a transmissão empirista de conteúdos sem sentido e desconectados.

Diz Piaget:

É bem mais fácil falar durante aulas inteiras sobre um assunto teórico e artificial do que fazer penetrar no próprio espírito do ensino uma única idéia elementar, quando essa idéia vincula-se a uma atitude profunda e essencial ao espírito. (Piaget, 1998, p. 85)

Os métodos da escola ativa sublinham a importância dos princípios da liberdade, de atividade e de interesse do aluno com o objetivo de favorecer a construção da moralidade autônoma, da capacidade de agir com os outros (cooperar) e do desenvolvimento da razão subjetiva e histórica.

Nesta perspectiva de ensino, o professor deve ensinar conteúdos desafiando os sujeitos a participarem da construção de seu próprio conhecimento, havendo a superação da figura autoritária do professor e a ideologia despótica e centralizadora das pedagogias tradicionais (centradas na mera transmissão de conteúdos historicamente acumulados). Não se trata de instalar um regime de anomia (ausência de regras ou leis de convivência), mas sim de construir, de forma participativa, uma disciplina intelectual e regras de convivência, o que permite criar um ambiente fecundo de aprendizagem.

É preciso ensinar os alunos a pensar, e é impossível aprender a pensar num regime autoritário. Pensar é procurar por si próprio, é criticar livremente e é demonstrar de forma autônoma. O pensamento supõe então o jogo livre das funções intelectuais e não o trabalho sob pressão e a repetição verbal (PIAGET, 1944, p. 2).

A construção de um intelecto crítico, que dialoga e participa das discussões e vivência das normas sociais ainda é um grande desafio para a Pedago-

gia atual. Se considerarmos que o objetivo da educação intelectual é muito mais do que moldar memórias, então estamos falando em formar inteligências críticas. Assim, seguindo os pressupostos piagetianos defendemos uma sala de aula que a aprendizagem e as relações entre o grupo sejam construídas de forma cooperativa e os alunos formados como pessoas ativas.

Dito isto, por que ainda Piaget? Porque entendemos que a finalidade da educação deve ser a defesa de uma sociedade democrática, de defesa da liberdade, da autonomia, do livre pensar, da crítica e da construção de uma sociedade mais justa.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9.394/96 em sua redação preza por uma educação democrática e participativa. Em seu artigo 14 e 15 estabelece que a construção coletiva do Projeto Político e Pedagógico e a efetiva participação do Conselho de Escola são elementos fundamentais para a construção de uma escola participativa, democrática mais justa e igualitária. Encontramos este discurso presente nos documentos que regem o ambiente escolar porém percebemos que na prática a sua efetivação ainda está distante.

Os docentes estão cada vez mais presos as burocracias do sistema de ensino sendo obrigados a cumprir com prazos, entregas de diários, relatórios dentre outras formalidades e acabam não investindo tempo para planejar suas aulas de maneira a incentivar seus alunos a construírem o seu conhecimento e sim ministrando aulas já planejadas em outros momentos ou seguindo um modelo pré estabelecido no livro didático.

Com um planejamento defasado misturado ao cansaço da dupla jornada de trabalho dos professores percebemos um cenário em que o ensino construtivista é camuflado sendo que na verdade ainda se ministra um ensino volta-

do à pedagogia tradicional e autoritária sendo uma maneira mais rápida e fácil de cumprir com os conteúdos programados.

Ainda, a teoria piagetiana foi interpretada de maneira distorcida (MARÇAL, 2019) a qual ainda é comum ouvir docentes dizendo que “não pode corrigir alunos” dentre outras falas que correspondem a uma má leitura das obras de Piaget.

Diante do exposto, temos uma escola ainda excludente, conteudista e autoritária em que os alunos não são estimulados a pensarem e desenvolverem seu senso crítico, estudar ainda Piaget requer um esforço considerável devido a sua grandeza e complexidade, e direcionar a interpretação desta teoria de maneira a fazer com que ela realmente se efetive na prática pedagógica e não apenas nas formalidades exigidas pela legislação vigente.

Componentes de um ambiente sócio-moral educativo a favor do desenvolvimento da autonomia e da liberdade.

Os estudos de Piaget sobre a Educação não consistem na elaboração de métodos pedagógicos. Ao formular suas ideias sobre as questões e construções morais – um projeto inacabado, como nos diz Freitas (2003) –, Piaget propõe, indiretamente, que os educadores saibam derivar desses estudos sua *práxis* pedagógica. Deste modo, “a teoria de Piaget tem um valor de compreensão do processo de desenvolvimento da criança, ou seja, pode instrumentalizar o professor a fundamentar sua prática e compreender a importância dela no cotidiano da sala de aula” (MACEDO, 1988, p. 50).

Por isso é que a partir de seus estudos visamos uma sala de aula na qual possa ser encorajado o processo de construção da autonomia intelectual e moral dos alunos. Neste sentido, a teoria de Piaget não é um método a ser aplicado automática e mecanicamente. Por se valorizar um espaço em que as intera-

ções sociais participam e se caracterizam como um dos principais objetos da aprendizagem e formação moral, enfatizando a importância extrema do ambiente escolar no desenvolvimento de inteligências e de condutas (moralidade) autônomas, livres e responsáveis (PIAGET, 1944).

Infelizmente, temos observado que aquilo que prevalece nas instituições são as relações de coação que, como já sabemos, vêm influenciar na construção de uma sociedade anti-democrática e autoritária.

Diz Piaget:

Não é livre o indivíduo que está submetido à coerção da tradição ou da opinião dominante, que se submete de antemão à qualquer decreto da autoridade social e permanece incapaz de pensar por si mesmo. (Piaget, 1998, p. 154)

Neste modelo de escola as regras são impostas, não havendo reciprocidade e na maioria das vezes, ocorre a aplicação de sanções expiatórias por parte dos professores, como efeitos de castigos e punições pela sua “desobediência”.

Uma atmosfera sócio-moral oposta a este quadro, abrange as relações de cooperação. O ambiente é um local que encontramos situações de democracia, cidadania, respeito mútuo, confiança e reciprocidade e está especificamente pronto para formar sujeitos autônomos. Nesta atmosfera encontramos uma parceria entre educador e alunos, havendo a prevalência de um respeito mútuo entre o grupo, respeito este que não é imposto, mas construído.

Para Piaget, portanto, se a finalidade da educação é formar um ser humano autônomo, criativo, solidário, a sala de aula tem que se constituir em um ambiente no qual tudo isso possa ser construído¹¹.

¹¹Obviamente não consideramos a autonomia, a liberdade e a vida política justa como algo que alcançamos e pronto, na verdade as relações sociais são caracterizadas pelas lacunas, ausências e contradições – próprias do mundo vivido. A busca por uma sociedade livre, democrática e justa é uma construção social e histórica que segue a temporalidade da vida.



Os métodos ativos consistem na participação efetiva dos alunos nas experiências morais, afetivas, políticas e intelectuais proporcionadas pelo ambiente escolar. A atividade se opõe, assim, à receptividade passiva (PIAGET, 1998). São nestes pressupostos que destaca em seus escritos, o *método do trabalho em grupo* e o *método do auto-governo*:

Portanto, se nos fosse necessário escolher, no conjunto dos sistemas pedagógicos atuais, aqueles que melhor corresponderia aos nossos resultados psicológicos, procuraríamos orientar nosso método no que chamamos o “trabalho em grupos” e o “*self-government*” [...]. O método do trabalho em grupos consiste em deixar as crianças prosseguir suas pesquisas em comum, seja em “equipes” organizadas, seja simplesmente à vontade, por aproximações espontâneas. A cooperação é promovida ao nível de fator essencial do progresso intelectual. Quanto ao *self government* este consiste nas diversas modalidades do governo das crianças por si próprias (PIAGET, 1994, p. 300).

A ideia do self-government (auto-governo) é um exemplo de defesa clara dos ideais democráticos e participativos da vida social e política, que não é sempre e em todos os casos que os procedimentos educativos poderão se apoiar nesta forma, mas representa uma maneira de colocar em movimento (na prática) a construção de ambientes cooperativos e democráticos. Mas, cabe reiterar, estes elementos que defendemos são construídos na relação permanente com os outros, pelo diálogo.

No trabalho em grupo as crianças estão propensas, além de exporem e discutirem suas ideias, se incentivarem mutuamente na realização da tarefa da equipe, fatores esses primordiais no desenvolvimento da autonomia e da vida social. Uma vez que se atribui um lugar ao trabalho em grupo o trabalho e em conjunto e este exige colaboração e troca; contrariamente, a recepção passiva supõe o isolamento intelectual dos alunos. Assim, para Piaget:

O método do trabalho em grupo consiste na organização de trabalhos em comum. Um certo número (quatro ou cinco, por exem-



plo) se junta para resolver um problema[...]. A experiência mostra que os fracos e preguiçosos, não são abandonados a própria sorte, são estimulados e mesmo obrigados pela equipe, enquanto os adiantados aprendem a explicar e dirigir, muito melhor do que se permanecessem na situação de alunos solitários. Além do benefício intelectual e da crítica mútua e do aprendizado, da discussão, da verificação, adquire-se desta forma um sentido da liberdade e da responsabilidade conjuntas, da autonomia na disciplina livremente estabelecida (PIAGET, 1944, p. 4).

O método do auto-governo consiste na participação efetiva do aluno no ambiente sócio-moral da sala de aula. Nele, esses sujeitos participam de uma parte da disciplina ali estabelecida e pensam em condições e situações que venham melhorar esse ambiente, a partir da cooperação entre seus membros.

Este método, deste modo, consiste em atribuir aos alunos uma parte de responsabilidade na disciplina escolar, o que favorece um agir cooperativo e autônomo (PIAGET, 1944), possibilitando assim enfrentar um desafio na Educação que é a formação de alunos moralmente críticos, reflexivos e autônomos, por meio de uma educação que permita a construção da moral autônoma no sujeito.

Considerações Finais

Podemos dizer que a teoria de Piaget fornece instrumentos importantes ao ensino e à vida social, mas que não esgotam as possibilidades de reflexão sobre todas as questões e conteúdos pois ela ainda faz parte apenas dos discursos da legislação educacional vigente uma vez que os profissionais da educação ainda não entenderam e dominaram esta teoria.

Por que ainda Piaget? Porque com ele temos a possibilidade de pensarmos e repensarmos a construção de uma escola que esteja comprometida com a construção de uma sociedade democrática e participativa e de sujeitos que pensem de forma autônoma, livre e comprometida com seu tempo e a vida social

levando o aluno a construir o seu conhecimento considerando a sua realidade e necessidades.

Referências

FREITAS, Lia. A moral na obra de Jean Piaget: Um projeto inacabado. São Paulo: Cortez, 2003.

HABERMAS, J. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MACEDO, de L. A perspectiva de Jean Piaget. Série Idéias. São Paulo, v. 2, n.2, p. 47-51, 1988.

MARÇAL, V. E. R. A representação social da teoria de Piaget no Brasil: implicações para as pesquisas acadêmicas. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.47.2019.tde-15082019-171109. Acesso em: 2020-07-17.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PIAGET, J. A Educação da Liberdade. Tradução de Telma Pileggi Vinha. Conferência apresentada no 28º. Congresso Suíço dos professores em Berna, 1944.

PIAGET, J. Biologie et Connaissance: Essai sur les relations entre les régulations organiques et les processus cognitifs. Paris: Gallimard, 1967.

PIAGET, J. Desenvolvimento e Aprendizagem. In LAVATTELLY, C. S.; STENDLER, F. Reading in child behavior and development, 1972. Tradução de Paulo F. Slomp. New York: Hartcourt Brace Janovich.

PIAGET, J. Estudos Sociológicos. Tradução de Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PIAGET, J. A Epistemologia Genética, Sabedoria e Ilusões da Filosofia e Problemas de Psicologia Genética In: Jean Piaget. Tradução de Nathanael C. Caixeiro, Zilda Abujmara Daeir, Célia E. A. Di Piero. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, Col. Os Pensadores, 1983.

PIAGET, J. O Nascimento da Inteligência na criança. Tradução de Álvaro Cabral. 4ª. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.

PIAGET, J. Seis estudos de Psicologia. Tradução de Mina Constante Pereira. 10^a. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

PIAGET, J. O Juízo moral na criança. Tradução de Elzon Lenardon. 4^a. ed São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, J. Os procedimentos da educação moral In Lino de Macedo. Cinco Estudos da Educação Moral. 2^a. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PIAGET, J. Sobre a Pedagogia. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

PIAGET, J.; INHELDER, B. A Psicologia da criança. Tradução de Octavio Mendes Cajado. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PIAGET, J. Para onde vai a Educação. Tradução de Ivete Braga. 16^a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

PIAGET, J. A representação do mundo na criança. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. Aparecida: Idéias e Letras, 2005.

VINHA, T. P. Reflexões sobre a teoria de Piaget e a construção da autonomia moral. Dois Pontos: Teoria e prática em Educação. vol. 4, nº38, pp. 43-46, ago/out/1998.